

## Meio ambiente

### A devastação em Rondônia

JOSE JULIANO DE  
CARVALHO FILHO

"The New York Times", Folha de S. Paulo, o "Estado de S. Paulo", "Jornal da Tarde", assunto: Rondônia, queimadas, devastação da Amazônia.

Pesquisamos a região de influência da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) durante quase cinco anos, cabe-nos portanto um testemunho.

Primeiramente é necessário afirmar: o que está sendo escrito nos jornais não é sensacionalismo, é verdade. Tanto em Rondônia como em outras regiões amazônicas ocorre a devastação da natureza. Em segundo lugar, é também necessário afirmar que esta devastação se constitui em apenas um dos aspectos negativos do processo de expansão da fronteira que ocorre no Brasil.

Para o caso específico da área de influência da BR-364, é importante levar ao conhecimento público os resultados da ação governamental.

A primeira informação importante, embora paradoxal, é que a atuação do governo visou, ao nível das intenções, harmonizar a integração econômica da região com a preservação ecológica, proteção às comunidades indígenas e benefícios para o pequeno produtor.

Estes foram os objetivos maiores do Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil (Polonoroeste), intervenção governamental, cofinanciada pelo Banco Mundial, ocorrida na área no período 82/87.

A própria composição do Programa informa sobre os objetivos. Assim é que o Polonoroeste foi composto pelos seguintes projetos: Reconstrução e Pavimentação da Cuiabá-Porto Velho (BR-364); Construção e Consolidação de Estradas Vicinais (RO/MT); Fortalecimento do DER de Rondônia; Colonização de Novas Áreas em MT e RO; Regularização Fundiária (MT); Desenvolvimento Rural Integrado de Rondônia (PDRI-RO); Desenvolvimento Rural Integrado de Mato Grosso (PDRI-MT); Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Indígenas; Preservação do Sistema Ecológico; e Saúde (principalmente combate à malária).

O Polonoroeste, portanto, foi concebido como um programa de desenvolvimento integrado, cuja espinha dorsal era a BR-364 complementada por intervenções de suporte à produção (assistência técnica, extensão rural, comercialização, fomento e crédito) e atuação na área social (saúde, educação e organização comunitária), além da infra-estrutura física necessária à implementação das atividades mencionadas (postos de saúde, escolas, estradas etc.). As atividades planejadas, atuando conjuntamente, assegurariam a ocupação da região de forma ordenada minimizando os efeitos perversos sobre os pequenos produtores, comunidades indígenas e meio ambiente.

Em que resultou esta ação governamental?

Os principais resultados obtidos pela avaliação do Programa podem ser assim resumidos:

a) A conclusão principal das avaliações para as áreas dos PDRI's referiu-se ao fato de que as condições de produção não foram condizentes com o nível atingido pelos investimentos efetuados em obras.

b) Pesquisas efetuadas nas áreas evidenciaram que os componentes que visaram diretamente o público meta (apoio à produção e segmentos sociais) apresentaram níveis predominantemente insatisfatórios.

Essa conclusão para os PDRI's, somada às evidências apresentadas pelos estudos sobre Comunidades Indígenas e Colonização de Novas Áreas, evidenciaram o descompasso que existiu entre investimento e serviço, com as óbvias consequências negativas para os públicos meta considerados no Polonoroeste.

c) Foram verificados casos de contradição da ação do Estado na área do programa. A instalação de destilarias de álcool na área do PDRI/MT é uma evidência deste fato. No caso, os investimentos destinados ao pequeno produtor (escolas, extensão rural, postos de saúde etc.) foram, obviamente, prejudicados.

O avanço das culturas da cana-de-açúcar e soja, bem como a postura de várias empresas públicas envolvidas no programa constituíram-se em outros exemplos de contradições.

d) Em ambos os Estados foram verificados problemas na área institucional e administrativa (falta de integração institucional, atraso de recursos federais, ingerência política etc.).

e) A distribuição de renda calculada com base em pesquisas de campo nas áreas de PDRI's e colonização, bem como os fatores que discriminaram a renda, sugeriram um processo de diferenciação econômica entre os produtores que o Programa tendeu a acelerar beneficiando relativamente poucos e portanto implicando em perda de eficácia da ação governamental.

f) As avaliações efetuadas para o Projeto de Colonização de Novas Áreas evidenciaram que a concepção dos projetos (Urupá e Machadinho) foi bastante superior, relativamente aos antigos projetos do Incra para Rondônia. Todavia, a capacidade de assentamento dos projetos foi bastante inferior às necessidades da região; os projetos implantados apresentaram deficiência em qualidade de solo, serviços de apoio à produção e componentes sociais. Também foi verificada a alta rotatividade de

ocupantes dos lotes.

g) Quanto ao Projeto de Preservação do Sistema Ecológico, as atividades de avaliação concluíram que o objetivo de harmonizar o desenvolvimento rural com o Sistema Ecológico não foi atingido. Foram verificadas invasões de reservas, deficiência dos órgãos públicos responsáveis e desmatamento indiscriminado. O planejamento estabelecimento de cobertura verde para o solo ficou muito aquém do esperado. A floresta tropical, em inúmeras áreas, estava e está sendo rapidamente substituída por pasto e capoeira.

h) O Projeto de Regularização Fundiária apresentou desempenho abaixo da crítica. Na concepção do Programa este Projeto figurava como pré-condição para o sucesso do PDRI de Mato Grosso. Os atrasos e baixo desempenho apresentado implicaram na permanência de áreas de conflito e falta de garantias e possibilidades para os produtores. A respeito ainda da questão fundiária, a pesquisa de avaliação permitiu a verificação de tendências de agravamento das tensões e conflitos pela terra. As razões para tanto foram as seguintes: crescimento do fluxo migratório, avanço das pastagens e culturas comerciais, baixa qualidade do solo em áreas disponíveis, transações com terras em antigos projetos do Incra, invasões de áreas indígenas e crescimento da parceria no interior dos lotes, além da insuficiência da ação fundiária.

i) Com relação ao Projeto Saúde foram verificadas características de ineficiência (problemas de implantação) e ineficácia. A aceleração da ocupação da terra, com aumento da população e avanço do desmatamento, sem a contrapartida de melhoria efetiva nos serviços de saúde teve como consequência o crescimento dos índices de malária. As avaliações efetuadas verificam diversas distorções e deficiências nos serviços de saúde incluindo a má distribuição e pouca eficácia dos medicamentos destinados à malária.

A respeito é importante evidenciar que a malária é significativa na explicação do insucesso dos produtores em Rondônia, dado o seu efeito negativo quanto à força de trabalho familiar, entre outros.

j) No que se refere às avaliações efetuadas no âmbito do Projeto Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Indígenas a conclusão principal foi no sentido de que os resultados obtidos ficaram muito aquém do planejado. Durante a implantação do Programa ficou evidenciada a atuação deficiente dos órgãos responsáveis; atrasos e frustrações nas atividades de demarcação de terras; deficiências graves nas atividades de saúde e apoio às comunidades; e ocorrência de vários casos de invasões e conflitos.

k) O exame dos dados censitários para as áreas do projeto e pesquisas de campo apontaram para as seguintes ocorrências:

Concentração fundiária em Mato Grosso, grande crescimento de bovinocultura e aumento significativo da parceria em Rondônia.

Especificamente para este Estado foi verificada a tendência à concentração fundiária nos lotes mais próximos à BR-364.

O conceito de estabelecimento agrícola utilizado pelo censo agropecuário provavelmente mascarou a realidade fundiária de Rondônia dada a evidência de que a parceria cresceu de forma expressiva.

l) A conclusão geral dos trabalhos de avaliação foi a seguinte:

As forças desencadeadas ou reforçadas pelos investimentos — crescimento migratório, especulação fundiária, agravamento da malária, devastação ecológica, aumento da tensão social e pressão sobre a terra — não encontraram a compensação necessária por parte de segmentos do projeto que visavam a fixação do homem à terra, a proteção das comunidades indígenas e a preservação ecológica.

Os insucessos apresentados acima não podem, exclusivamente, ser atribuídos às falhas de concepção e implementação, ou à falta de capacidade das instituições responsáveis. Estas existem e merecem correção. Todavia, atribuir a ineficácia apenas a fatores de execução seria simplificar a questão. As deficiências das instituições envolvidas refletem entre outras coisas, a correlação de forças desfavoráveis à solução dos problemas que envolvem os pequenos produtores, as comunidades indígenas e o meio ambiente.

As tendências à valorização das terras, pecuarizar a concentração e especulação fundiária, são previsíveis em programas deste tipo, mormente quando se considera o padrão concentrador e excludente da transformação que acontece no meio rural do Brasil. O mesmo ocorre quanto à maior fragilidade das condições de reprodução de pequena produção, preservação ecológica e proteção às comunidades indígenas. Para que tais efeitos sejam significativamente reduzidos é fundamental existir vontade política.

Rondônia e a Amazônia continuarão a ser queimadas; beneficiando a poucos, enquanto perdurarem a atual composição de interesses que domina o poder e a falta de conscientização de nós brasileiros.